

Entre regimes de (in)visibilidade: mídias rizomáticas e ciberativismos

Between (in)visibility: rhizomatic media and cyberactivism

Fábio Morelli

Universidade Estadual Paulista. Av. Dom Antônio, 2100, 19806-900,
Assis, SP, Brasil. fabio.morelli@hotmail.com

Leonardo Lemos de Souza

Universidade Estadual Paulista. Av. Dom Antônio, 2100, 19806-900,
Assis, SP, Brasil. leo.lemos.souza@gmail.com

Resumo. A partir de um levantamento bibliográfico por meio dos instrumentos de consulta ao banco de dados de produções científicas no Brasil (Periódicos Capes, Biblioteca Virtual de Psicologia e, ainda, alguns acervos específicos de algumas universidades), foi possível delinear alguns traços sobre as pesquisas que têm se debruçado sobre as mídias locativas, mais especificamente aplicativos (que se autodeclaram para um público *gay*) para *smartphones* e *tablets*. Haja vista a escassez de pesquisas, principalmente nas áreas das ciências humanas – com exceção da comunicação social –, pôde-se constatar que o uso e as relações que se estabelecem por meio delas retrata a emergência de um campo de pesquisa caracterizado pela instabilidade e pelas controvérsias e, por que não, pelas resistências.

Palavras-chave: mídias digitais, ciberativismo, regime de visibilidade.

Abstract. From a bibliographic research through an enquiry to the Brazilian scientific database (Capes periodicals, Psychology's Virtual Library and specific databases of others universities), it was possible to outline some tracks about researches that have been studying about locative medias, specifically applications (whose are for the gay public), to smartphones and tablets. Until here, due to the scarcity of research, mainly in the humans science areas – except the social communication –, we could find out that the relations established through these devices track an emergency of a new investigation field characterized by instabilities and controversies and, why not, because of the resistances.

Keywords: digital media, cyberactivism, visibility regime.

Introdução

Com o advento da *world wide web* e das novas tecnologias de comunicação, foi possível a produção de redes de sociabilidades que parecem ter ampliado as possibilidades dos desejos. Se, antes, os espaços de expressões dos desejos não heterossexuais estavam, de certo modo, limitados aos espaços físicos (como, por exemplo, bares, boates, cinemas, saunas, etc.), a possibilidade de se fazerem valer com as novas tecnologias de comunicação passa a

circular de maneira mais fluída e intensa, em alta velocidade de expressão que implicam em processos de subjetivação das sexualidades e dos gêneros.

De salas de encontros/*chats* em *sites* de acesso à rede aos aplicativos de relacionamento e de encontros sexuais, como o *Grindr*, *Scruff* e *Hornet*, dentre outros, abre-se um campo de interações que se desdobra em múltiplas possibilidades de agenciamentos. Assim, os aplicativos de mídia locativa/móvel têm se apresentado como dispositivos de encontros

e de modos de vivência das sexualidades, e a ideia de cartografar¹ o uso desses aplicativos torna-se um campo de investigações ainda recente e com pouca produção, principalmente no Brasil.

Nossa intenção com este texto é apresentar uma revisão da produção sobre o tema no Brasil para situar algumas de suas principais questões. Tal revisão² se apresenta como necessária para as investigações que possuam como objeto de pesquisa aplicativos que visam ao relacionamento afetivo e sexual, que, como será descrito nas próximas páginas, podem despertar problemáticas de gênero e de sexualidades. Além disso, tem como propósito problematizar o campo de investigação sobre mídias locativas, ao realizar um levantamento de pesquisas nas Ciências Humanas e Sociais no Brasil. Após a leitura do material levantado, destacamos algumas dessas produções pela sua representatividade em relação às temáticas presentes no conjunto estudado e situamos, a partir deles, discussões sobre os conceitos de mídias locativas, redes, mídias digitais e os regimes de (in)visibilidades que atravessam o uso e a invenção dos aplicativos. Ao mesmo tempo, pretende-se disparar as resistências, as controvérsias e os descaminhos presentes na produção ainda escassa sobre o tema.

Como exemplo, tomemos um dos aplicativos mencionados anteriormente: o *Grindr*. Com a finalidade de facilitar o encontro en-

tre pessoas que se identificam, ou não, como *gays*, o aplicativo não garante uma uniformidade de relações, nem pressupostos usos que fazem do mesmo. Além disso, o simples fato de o aplicativo se autointitular para *gays* já produz uma série de problemáticas, pois se parte de uma identidade que, apesar de possuir conotações específicas, não é vivenciada de maneira homogênea e nem é referência para as mais diversas formas e práticas ligadas ao desejo que perpassam o uso de tais plataformas midiáticas.

Sendo assim, tal objeto de pesquisa caracteriza um campo emergente e ainda escassamente trabalhado, principalmente pelas Ciências Sociais e pela Psicologia, já que se observou um predomínio das pesquisas nas áreas de comunicação social e de outras áreas, sendo que, estas últimas, estão, majoritariamente, a serviço da acumulação de capital do homem branco, europeu, heterossexual, defensor de *performances* de gênero fixas, *fitness* e consumidor, que acabam, de uma forma ou de outra, definindo traços usuais e normativos nos usos dos aplicativos, tais como *marketing*, publicidade e propaganda, tecnologias de informação, ciência da computação e administração.

Os aplicativos constituem-se, portanto, por saberes que carecem de discussões e experiências que se aproximam das demandas dos movimentos sociais servindo, muitas vezes, como lócus de discursos opressores quanto às

¹ Vale ressaltar que este texto é o resultado de uma das etapas (revisão bibliográfica) de investigação de uma pesquisa em andamento sendo realizada junto ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social na UNESP – Campus Assis que tem como objetivo e como método realizar uma cartografia de seus usos.

² A partir da delimitação de um tema de pesquisa sobre os processos de subjetivação atrelados ao uso de aplicativos com fins sexuais que se autodeclararam para *gays* (*Grindr*, *Hornet* e *Scruff*) – embora nem todos/as que os utilizam se identifiquem como tal –, nos pareceu necessária a busca por pesquisas que foram e estão sendo realizadas com esse objeto, a fim de mapear o campo que estamos imergindo. Para isso, privilegiamos as plataformas que concentram as pesquisas realizadas no Brasil: os periódicos CAPES que possuem seu acervo ligado aos bancos de dados das universidades brasileiras, garantindo a varredura de dados da produção acadêmica nas Ciências Humanas e Sociais no Brasil; a Biblioteca Virtual de Psicologia, a fim de perceber a produção específica nesse campo do saber no qual nos situamos. Ainda assim, consultamos outras plataformas de busca, como o *P@therson* da coordenadoria geral de bibliotecas da UNESP, bem como o acervo específico da UNICAMP. Concentramo-nos em apenas quatro palavras-chave: aplicativos de relacionamento; *Grindr* Brazil/*Grindr* Brasil (Foi dada ênfase ao *Grindr* por não encontrar pesquisas referentes ao *Scruff* e ao *Hornet*); mídias digitais; e mídias locativas. A partir disso, foi encontrado um total de 743 textos, sendo que alguns apareciam em duplicidade em uma ou outra plataforma. Percebendo que os textos provinham das mais diversas áreas do conhecimento, selecionamos, por meio da leitura dos títulos e dos resumos, aqueles que tinham alguma ligação específica com os aplicativos recém citados, bem como traziam em suas problemáticas uma preocupação com a produção de subjetividades em encontros com as tecnologias. Entretanto, alguns textos selecionados não possuem as duas características em concomitância, mas privilegiei as pesquisas realizadas nas Ciências Humanas, principalmente a Psicologia e as Ciências Sociais – as duas áreas nas quais transitamos. Ainda assim, houve pesquisas que não se aproximavam especificamente dos aplicativos, mas das subjetividades, principalmente textos que traziam em seu corpo discussões dos estudos de gêneros e os de sexualidades. Longe de buscar o esgotamento do tema e sabendo que, mesmo dentre um esforço, algumas pesquisas, artigos, dissertações, teses e trabalhos de conclusão de curso podem ter ficado à margem de tal filtro, parece-nos que é possível traçar alguns delineamentos relevantes à temática da pesquisa sobre a que atualmente nos debruçamos.

diferenças de raça, classe, etnia, gênero e sexualidades³. Tal posicionamento não busca se adequar aos discursos separatistas e compartimentados das diversas áreas do conhecimento como se as Ciências Humanas devessem se isolar de outros saberes, mas sim para articular resistências utilizando das próprias ferramentas produtoras das diferenças hierárquicas nos ambientes virtuais, como o que vêm recentemente sendo chamado de ciberativismos.

Rizomáticas mídias

A escolha pelos termos mídias digitais e locativas se deu pela busca de ampliar a possibilidade de encontro de textos que atendessem às buscas descritas anteriormente. Entretanto, tais termos possuem encontros e desencontros quanto às suas especificidades e, antes de tudo, faz-se necessário esclarecer o que se entende sobre eles.

Considerando a quantidade total de artigos encontrados sobre as palavras procuradas, certamente a expressão “mídias digitais” foi a que mais obteve resultados. Embora a busca aqui seja pelo afunilamento focado nos aplicativos conhecidos popularmente como “de pegação”⁴, quando nos referimos às mídias digitais, não estão sendo considerados somente tais mecanismos, mas diversos outros, que incluem redes sociais, vídeos, áudios, música, fotografia e imagens, entre outros, que se estabelecem em rede seja por meio dos ambientes virtuais ou não. Como o termo pesquisado é abrangente, diversos foram os textos descartados, pois, em grande medida, seus conteúdos pertenciam a diversas áreas, além das já mencionadas, tais como cinema, dramaturgia, linguística, educação, relações internacionais, saúde coletiva e música, entre outras. A fim de

melhor localizá-los/as quanto ao que aqui se entende por tal expressão, segue:

[...] Mídias digitais são uma forma de se referir aos meios de comunicação contemporâneos baseados no uso de equipamentos eletrônicos conectados em rede, portanto referem-se – ao mesmo tempo – à conexão e ao seu suporte material. Há formas muito diversas de se conectar em rede e elas se entrecruzam diversamente segundo a junção entre tipo de acesso e equipamento usado. Por exemplo, é possível conectar-se por meio do uso de rede de telefonia fixa, wi-fi ou rede celular assim como essas formas de conexão podem se dar por computadores de mesa, portáteis, celulares ou tablets. [...] Dentre os elementos que variam destacam-se a frequência de acesso, a mobilidade, a velocidade da conexão e o tipo de redes em que o usuário se insere (Miskolci, 2011, p. 12).

Seguindo o trabalho mencionado, a variabilidade de elementos e formas de acesso às mídias digitais se dá porque, mesmo ponderando a expansão do número de usuários que utilizam tais ferramentas, ainda há um predomínio no que se refere aos recortes de classe e de saberes técnicos e alfabetizados para garantir tal acesso, pois se faz necessário não somente ser alfabetizado em alguma língua, bem como desenvolver habilidades técnicas com o uso dos aparelhos eletrônicos, além do fato de que tais equipamentos possuem um custo que não é acessível de modo universal e homogêneo. Essas diferenças marcam a forma, a frequência, a mobilidade e a velocidade com que se dão os usos, evidenciando, assim, que as variações dos contextos sócio-histórico-culturais desafiam os estudos das mídias digitais, por se darem de modo heterogêneo e, portanto, exigem uma flexibilidade e maleabilidade por parte dos/as pesquisadores/as. Por isso, as mídias digitais – muito embora estejam cres-

³ Vale afirmar que, neste texto, a fim de contrariar não só as concepções de identidades fixas universais e estáveis, como também a visão das identidades de um sujeito que se formaria pela interação entre um eu interno e um real externo, vamos ao encontro do sujeito, chamado por Stuart Hall (2011) de pós-moderno. Tal sujeito não possui uma identidade fixa, nem uma espécie de interioridade que estaria pronta para servir a uma estrutura externa, mas, ao contrário, trata-se de um sujeito instável, parcial e fragmentado, o qual está em constantes mudanças e, às vezes, em conflito sobre como identificar-se, isto é, a formação de si é um constante processo de (de)formação.

⁴ Aplicativos “de pegação”, que se referem às plataformas digitais que atuam, *a priori*, como facilitadoras dos encontros, podem ser marcados pela efemeridade. A facilidade está no fato de que são plataformas geolocalizadas que apresentam as pessoas mais próximas de você geograficamente, permitindo a interação via mensagem e trocas de mídias (vídeos, fotos, emoticon, etc.), facilitando o encontro, que, muitas vezes, terminam em práticas sexuais breves e dotadas de poucas ou obscuras informações a respeito da vida pessoal de seus/suas usuários/as. Entretanto, há muito mais interação que “pegação”, pois, para que se chegue ao contato sexual, há toda uma negociação de visibilidades e de critérios (corpo, papo, preferências das práticas sexuais, etc.) estabelecidos pelos usuários, que, muitas vezes, levam tempo e nem sempre chegam ao encontro físico. Portanto, essa “pegação”, por vezes, não é frequente. Além disso, não dá para afirmar que só acontecem relações efêmeras ou que todos os usuários escondem informações pessoais. Há casos de estabelecimento de relações duradouras, bem como pessoas que não possuem problemas em colocar informações verídicas sobre si mesmas. O fato é que não dá para pressupor, tampouco universalizar os modos com os quais o aplicativos são administrados.

cendo em número de adeptos – intensificam as desigualdades sociais, o que não dota a temática de um caráter digno de ser ignorado ou pouco relevado – pelo contrário, os estudos – e as resistências – sobre seus usos e relações se tornam urgentes⁵. No que tange a importância sobre as pesquisas com os artefatos tecnológicos aqui mencionados, seguimos com as palavras de Castells (2008, p. 54):

Apesar de serem organizadas em paradigmas oriundos das esferas dominantes da sociedade (por exemplo, o processo produtivo, o complexo industrial militar), a tecnologia e as relações técnicas de produção difundem-se por todo o conjunto de relações e estruturas sociais, penetrando no poder e na experiência e modificando-os. Dessa forma, os modos de desenvolvimento modelam toda esfera do comportamento social, inclusive a comunicação simbólica. Como o informacionalismo baseia-se na tecnologia de conhecimento e informação, há uma íntima ligação entre cultura e forças produtivas e entre espírito e matéria, no modo de desenvolvimento informacional. Portanto, devemos esperar o surgimento de novas formas históricas de interação, controle e transformação social.

De modo que se complemente a expressão “mídias digitais”, o uso da expressão “mídias locativas” se faz necessária, para enfatizar o uso de mídias digitais, que não só estão entrelaçadas por redes de conexões virtuais, mas também por *softwares* ligados a satélites que permitem nos localizar geograficamente e, assim, alteram noções tradicionais de relações com o tempo e o espaço.

Mídias locativas são tecnologias de comunicação e informação, bem como os serviços correlatos baseados na localização dos dispositivos. O uso de smartphones, GPS, redes sem fio (Wi-Fi, 3G ou bluetooth), realidade aumentada, etiquetas de radiofrequência (RFID), M2M (machine to machine, ou internet das coisas), entre outros, estão transformando a forma como a sociedade consome, produz e distribui informação no espaço urbano (Lemos, 2013a, p. 201).

Dentre os quatro artigos selecionados sobre mídia locativa, em todos eles há a discussão de outras formas de se relacionar com o espaço a partir de plataformas georreferenciadas imersas em redes. Esses lugares, mais do que nunca, estão cobertos por fluxos contínuos que desterritorializam quando mudam as con-

dições materiais e expressivas, ao mesmo tempo em que territorializam quando reforçam sentidos de lugar e de controle informacional, garantindo um processo constante de (re)territorialização. Para André Lemos (2013b) – tendo como pano de fundo os princípios da Teoria Ator-Rede –, só podemos pensar o espaço com as mídias locativas de acordo com suas associações, pois os objetos e os seres que os utilizam não possuem essências e nem substâncias puras e universais, caracterizando tais associações como plurais e ao mesmo tempo singulares. É nesse sentido que o autor citado denomina o espaço como um “espaço-rede”, já que ele só poderá ser investigado considerando suas específicas associações.

Aplicativos como o Waze, por exemplo, permitem as(os) usuárias(os) dizerem quais são as condições de trânsito nos lugares que estão; se há engarrafamento, acidentes, *blitz* policiais, etc. Ao contrário do mapa analógico, no qual só é possível olhar o lugar e ver suas ruas, rodovias e viadutos, agora podemos dizer sobre eles de modo que outras(os) usuárias(os) possam traçar trajetos, a fim de chegar ao respectivo destino por vias alternativas. A informação que antes só se processaria via rádio ou televisão, e com certo atraso em relação ao acontecimento, agora se encontra na palma da mão em um tempo quase instantâneo. O local que antes era habitual enquanto rota, pode propor traçar outros trajetos que possibilitam outros encontros e relações com o local. Se antes da existência das mídias locativas a relação entre tempo e espaço já possuía uma velocidade de territorialização e desterritorialização contínuos, com o advento dessas, as associações mantêm-se, mas em outra velocidade.

Sendo assim, o redimensionamento dos lugares e espaços que as mídias locativas vêm proporcionando não se descola dos aspectos sociais e culturais que promovem esses fluxos contínuos de territorialidades, denotando-as, assim, de um caráter de mobilidade. Nesse sentido, a mobilidade se caracteriza pela capacidade móvel que as informações possuem nesse contexto no qual produzem sentido, subjetividades e espacialização. Entretanto, as possibilidades de mover informações não são neutras e, assim, apresentam aspectos do poder, como vigilância, controle e monitoramento criando tensões e borrando fronteiras entre a vida *on-line* e a vida *off-line* (Lemos, 2009).

⁵ Os desafios de posicionamentos de resistência serão tratados adiante.

Pensar as territorialidades acrescentando os aspectos móveis das informações cria possíveis nomadismos que não são mais aqueles tratados como sendo de sociedades primitivas nômades, mas sim aqueles que buscam os entre-lugares ou os não lugares, que não são fixos, tampouco estáveis. Incluem-se, nessas possibilidades, o que Rosi Braidotti (2000) problematiza chamando de “sujeitos nômades”: criação de um sentido figurativo em que se abrem alternativas às visões falocêntricas reproduzidas inclusive pelos discursos científicos, bem como, e principalmente, como uma versão politicamente sustentada de subjetividades alternativas às proporcionadas pelo patriarcado branco, heterossexual, europeu e cristão. À vista disso, a (re)dimensão dos espaços, lugares e tempo permitem a criação de outros dispositivos políticos e éticos, incluindo movimentos de resistência como os que tem sido proporcionados pelos ciberativismos, que serão tratados adiante.

A mídia, seja ela digital ou locativa, ainda pode apresentar um formato muito próximo de algo material, fixo, palpável. A fim de flexibilizar tanto sua forma e, principalmente, seus espaços em interação, seguiremos o pensamento de Deleuze e Guattari (2011), comparando seus aspectos ao que os autores chamam de rizoma. Retirado dos estudos das ciências biológicas e diferentemente das raízes pivotantes ou das raízes fasciculadas que crescem sendo possível ver a origem das suas diversas ramificações, o rizoma é indecifrável quanto à origem das ramificações ou, até mesmo, seus pontos de conexões. Sua constituição é múltipla, heterogênea, conectiva, possível de se romper por meio de linhas desterritorializantes, cartográfica (mapeável parcialmente) e é também decalque (reprodutível ao infinito). Pensar em rizoma é tratá-lo como $n-1$, no qual o n é a multiplicidade e o 1 representa o único sendo subtraído da multiplicidade em um processo constante e dinâmico.

Nesse sentido, ao escolher um artefato eletrônico para acessar um aplicativo, chegando a escolher um parceiro para estabelecer algu-

mas práticas sexuais, pode ser uma situação única subtraída de todas as possibilidades de experimentação, conexão e vivência. Portanto, nunca viveremos o múltiplo, muito menos alcançaremos uma totalidade explicativa de algo, sempre experimentaremos o único subtraído de toda a multiplicidade, ou seja, qualquer impressão ou crença em uma constância ou em uma estabilidade é sempre a crença em um único subtraído de muitas outras potenciais multiplicidades e heterogeneidades de vida. Ainda assim, esse único não é um único totalizável, como se todos vivenciassem o mesmo único, pelo contrário, os únicos também são múltiplos e plurais, o que deve ficar claro é que essa experimentação do único, mesmo plural, é sempre uma subtração das múltiplas possibilidades de interação e experimentação. Por isso, podemos aqui adicionar um novo adjetivo a essas plataformas, chamando-as de mídias rizomáticas.

Gêneros e regimes de visibilidades

Após realizar o filtro dos artigos encontrados de acordo com as palavras-chave supracitadas, foram selecionadas, como já mencionado, pesquisas que se aproximassem dos usos de aplicativos, mas também que tratassem de processos de subjetivação com ênfase em aspectos de gêneros e de sexualidades. Os artigos selecionados foram lidos na íntegra e, assim, foi possível levantar algumas problematizações sobre as discussões de gênero na contemporaneidade. Sem a intenção de binarizar este texto, houve artigos que foram construídos sobre a égide do uso de aplicativos somente por mulheres – e em todas elas tratava-se de mulheres heterossexuais –, bem como o uso de aplicativos somente por homens – que, nas pesquisas encontradas, se tratam de homens com práticas homossexuais. Desse modo, lésbicas, travestis, transexuais e homens heterossexuais⁶ parecem, nesse momento, estar fora do círculo das poucas pesquisas que vêm trabalhando sobre as relações intermedidas pelos aplicativos.

⁶ Há aqui uma exceção, pois a pesquisadora Larissa Pelúcio (2015) publicou, recentemente e de modo parcial, sua pesquisa sobre o site que incentiva a infidelidade *Ashley Madison* (site de relacionamentos voltado às pessoas que são casadas), na qual há problematizações quanto às *performances* masculinas heterossexuais. A partir de uma etnografia realizada no referido site, a autora criou um perfil de pesquisadora no qual declarava estar em busca de colaboradores para a pesquisa e, ao mesmo tempo, informava aspectos pessoais, como idade, situação de relacionamento – no caso, casada –, sua foto de costas e seu interesse por casas de *swing*. Desse modo, foi possível à autora estabelecer contato com os usuários por meio de trocas de mensagens – nas quais apresentava e explicava a pesquisa – sendo que, em alguns casos, houve troca de e-mails por meses, permitindo, assim, descrever algumas “narrativas infieis”.

Primeiramente, destacaremos duas pesquisas que se debruçaram sobre o uso de aplicativos realizado por mulheres, ambas muito recentemente publicadas. Embora não destaquem o método com o qual os dados foram coletados e o trabalho realizado, em sua pesquisa sobre o uso do aplicativo *Lulu* no Brasil, Angela Maria Meili e Guilherme Mendes Pereira (2015) elencaram o uso do aplicativo como mediador dos sintomas da pós-modernidade com os quais as relações se enredaram em crises éticas e morais, pois são marcadas pela efemeridade e pela objetivação do humano. O aplicativo em questão permitia que as mulheres – e somente mulheres assim declaradas em seus perfis via *Facebook* – avaliassem os homens que possuíam em meio aos seus contatos na rede social de modo que pudessem criar comentários, fornecer notas em valores numéricos, bem como elaborar *hashtags* adjetivando os usuários de modos apreciativos ou depreciativos. Apesar de reconhecerem que o desenvolvimento de tal aplicativo diz respeito a uma possível prática de emancipação feminina devido ao fato de as mulheres estarem na posição de caçadoras ao invés de caçadas, tal plataforma pode ser uma armadilha de normatividades de gêneros, pois os homens foram coisificados e tornaram-se simples objetos de desejo do mesmo modo que as mulheres já o são quando inseridas em culturas machistas. Com isso, não há um rompimento das normativas de gênero, mas sim sua manutenção, já que tais práticas não evidenciam, tampouco problematizam, as relações de poder que as produzem. Em outras palavras, poderia ser considerado um “machismo às avessas”, em que os papéis de dominação e opressão são apenas invertidos, em vez de superados. Logo, as possibilidades de estabelecer relações por meio de equipamentos tecnológicos não rompem com preceitos morais e éticos normativos.

Entre as mulheres pesquisadas em uma etnografia⁷ realizada por Iara Beleli (2015), nota-se, em primeiro lugar, e que ganha destaque no título do trabalho, que as imagens imperam quanto aos critérios de seleção para fins de iniciar uma conversa, evidenciando como padrão a busca por homens brancos e que acumulem

certo capital cultural semelhante ao das entrevistadas, que, em sua maioria, pertencem às classes médias e, no mínimo, possuem nível universitário. Além disso, destaca também que essas mulheres se sentem desconfortáveis em irem “à caça” em locais de paquera físicos, porque nem sempre encontram companhias para acompanhá-las; também porque, ao irem sozinhas, podem aparentar estarem desesperadas para encontrar alguém; e, por último, porque a caça é algo comumente atribuído ao homem, depreciando, assim, as mulheres que em vez de serem caçadas, caçam; principalmente quando não estão à busca de algo duradouro, mas sim de práticas sexuais casuais. Desse modo, há uma predileção por “caçarem” utilizando meios digitais, nos quais não necessitam arriscarem-se em um aparente desespero. No entanto, ainda assim, evitam dizer sobre suas procuras *online*, pois assumi-las as fazem se sentir fracassadas por não conseguirem encontrar alguém sem utilizar tais meios, ainda que acreditem que quanto mais tempo dispendam *online*, maior será a possibilidade de um encontro *off-line*.

No que tange às pesquisas que possuem seus colaboradores reconhecidos como do gênero masculino, há um evidente maior número de trabalhos. Tais textos foram encontrados por meio das palavras-chave *Grindr Brazil/Grindr Brasil* e mídias digitais. Vale ressaltar que as pesquisas selecionadas possuem ligação direta com práticas homossexuais, mesmo que os sujeitos das pesquisas não se reconheçam enquanto tais. Outro elemento muito importante de ser ressaltado sobre o termo *Grindr* é que quase não foram encontradas pesquisas sobre o aplicativo no Brasil, sendo a maior parte da produção em relação ao tema realizado em outros países. Tais pesquisas são, massivamente, artigos sobre HIV/AIDS e os riscos de contaminação por meio de práticas sexuais consideradas de risco, como as entre os HSH (homens que fazem sexo com homens), que podem ser facilitadas por esses meios que permitem a conexão em rede, à exceção de um autor, David Gudelunas, que terá seu artigo problematizado junto com as inquietações trazidas pelo pesquisador brasileiro que mais

⁷ Inicialmente, a autora chegou a suas entrevistadas por meio do *site* de relacionamento chamado “Par Perfeito”. O restante das entrevistas se deu por meio da indicação das amigas das primeiras entrevistadas, que só toparam participar a partir da garantia do anonimato, e também por meio da própria rede de amigos da autora, que passou a incorporar outras sujeitas à pesquisa. Beleli assegura que a desconfiança das possíveis entrevistadas só foi “[...] superada pela curiosidade ansiosa sobre os resultados da pesquisa, às vezes imaginando como algo que as ajudaria a perceber erros e acertos na consolidação de um relacionamento” (Beleli, 2015, p. 99).

tem publicações a respeito do tema aqui em foco: Richard Miskolci.

Em meio às suas pesquisas realizadas sobre as mídias digitais, que não só tratam especificamente sobre os usos dos aplicativos, mas também por meio de etnografia praticada em salas de bate papo, Richard Miskolci (2012, 2013, 2014a, 2014b, 2015) busca traçar as relações homoeróticas em ambientes proporcionados pelas redes de internet, sendo elas acessadas via qualquer equipamento – *tablets*, *smartphones*, *desktop*, *notebook*, entre outros. Sua preocupação segue a ideia de uma “nova economia do desejo” (Miskolci, 2014a), proporcionada por outras formas de socialização ocorridas após a concentração das vidas humanas em centros urbanos, em que o roteiro namoro-noivado-casamento perdeu centralidade na organização e experimentações das vidas de sujeitos e sujeitas. Nesse sentido, as pesquisas delineiam traços sobre os atravessamentos do desejo, principalmente no que tange as negociações de suas visibilidades.

Considerando os aplicativos para encontros *gays* como parte de uma longa história de sociabilidades *gays*, David Gudelunas (2012) percebe⁸ que, atualmente, se tornou possível lidar com o anonimato de identidades e práticas não heterossexuais, pois as mídias digitais permitem uma segurança quando garantem ao usuário o controle de decidir em que momento, e se querem, se identificar – o que será chamado por Miskolci de um “regime de visibilidade”⁹, em que cabe aos usuários mensurarem o quanto querem que seus desejos interfiram no seu cotidiano. Em outros tempos, nos quais as possibilidades de encontros afetivos e sexuais com outros homens se davam em ambientes declaradamente com esse intuito – como bares, boates, saunas, etc. –, exigindo a assunção de uma identidade sexual, muitas vezes reduziam a segurança física, psicológica e social dos frequentadores – o que não quer dizer que essa sensação de insegurança tenha acabado nos dias atuais. O autor ainda fala de

períodos anteriores aos ambientes declaradamente *gays*, como antes da segunda guerra mundial, quando os nova-iorquinos desenvolveram códigos para se identificarem como desejantes de outros homens por meio de modos de se vestir, falar e de se apresentar¹⁰. Sendo assim, o modo de socialização *off-line* pode, muitas vezes, apresentar-se como violento, já que a autorização em relação às experimentações sexuais e afetivas é via heterossexualidade, tornando as sociabilizações *online* oportunidades de fugir ou de não sofrer com estigmas estabelecidos.

A interferência dos meios digitais nas relações afetivas e sexuais na atualidade encontra-se no fato de que a fluidez e a linha borrada e amorfa entre a vida *online* e a vida *off-line* quebraram a díade de estar dentro ou fora do armário, mas, ao contrário, possibilitaram negociações cada vez maiores sobre as visibilidades das identidades ou práticas dos usuários. Em outras palavras, enquanto a ideia de armário permite somente lidar com as visibilidades das sexualidades por meio de posicionamentos claros e assumidos, pensar em visibilidades sexuais como negociação é abrir um extenso caminho entre estar totalmente escondido ou totalmente visível e quais são as estratégias elaboradas entre essa díade (Miskolci, 2014b). Sendo assim, cabe definir o que o autor compreende por regimes de visibilidades e dar especial destaque ao fato de que, nessa negociação de visibilidade, não se dota os sujeitos de uma liberdade de decisão e uma governabilidade de si estritamente autônoma e alheia às relações de poder, mas ao contrário, o fato de ter que negociar suas práticas e desejos denuncia relações de poder que engendram corpos e subjetividades:

Na esfera da sexualidade, regime de visibilidade é uma noção que busca sintetizar a maneira como uma sociedade confere reconhecimento e torna visível certos arranjos amorosos, enquanto controla outras maneiras de se relacionar por meio de

⁸ Para isso, o autor conduziu seis grupos focais em duas diferentes cidades dos Estados Unidos (Nova Iorque e Dallas). Ao todo, participaram 76 homens que se autoidentificavam como *gays* (entre 21 e 48 anos) que forneceram informações buscadas por meio de abordagens e análises propostas pelos princípios das pesquisas qualitativas, objetivando, por meio delas, inquiri-los sobre os usos e as satisfações em relação às mídias. A busca por esses participantes se deu por meio de fóruns de discussão e por meio de um “recrutamento bola de neve”, com o qual os participantes iniciais iam convidando outros, e também por meio de contatos do próprio autor. A fim de encorajar os participantes a se sentirem confortáveis para falarem livremente, cabe ressaltar que o pesquisador também se identificou como *gay*. Além do grupo focal, o autor utilizou de entrevistas com alguns dos participantes, a fim de aprofundar alguns tópicos.

⁹ Embora Richard Miskolci trate o termo no singular, entendemos que tal nomenclatura deve ser descrita no plural, a fim de elucidar diversas e plurais formas de negociar as visibilidades de suas práticas, desejos e identidades.

¹⁰ Sobre esses contextos de sociabilidade *gay* no Brasil, vale a leitura de James Green (2000), João Silvério Trevisan (2000) e Peter Fry (1982).

vigilância moral, da coibição de sua expressão pública, em suma, pela manutenção dessas outras formas amorosas e sexuais em relativa discrição ou invisibilidade. Um regime de visibilidade traduz uma relação de poder sofisticada, pois não se baseia em proibições diretas, antes em formas indiretas, mas altamente eficientes, de gestão do que é visível e aceitável na vida cotidiana. Assim, um regime de visibilidade é também um regime de conhecimento, pois o que é visível e reconhecido tende a estabelecer as fronteiras do pensável (Miskolci, 2014b, p. 62).

Nas caças por parceiros afetivos e sexuais, é extremamente comum encontrar perfis e falas que apresentam os termos: machos, discretos, não afeminados, *brother*, entre outros. Tais termos evidenciam a predileção – ou a tentativa de aproximação – por uma masculinidade hegemônica que é conferida por meio da maneira como os sujeitos falam, se vestem, se apresentam corporalmente (voz grossa, barbas, evidência da força em músculos definidos), de modo que seja contrário ao modo com o qual o feminino e homens afeminados se apresentam, principalmente aqueles que frequentam meios *gays* ou que assumam serem homossexuais (Miskolci, 2013). A consolidação de uma masculinidade hegemônica é a lógica que permeia não só os regimes de visibilidades, como também o desejo da procura, fazendo com que homens que se aproximem dessa noção de masculinidade sejam mais procurados e desejados. Desse modo, fica claro que esses dispositivos de gêneros extremamente opressores e dominantes são reproduzidos por suas próprias vítimas, pois eles não se apresentam aos sujeitos de modo que seja opcional corroborá-lo ou não, mas, antes, eles produzem esses sujeitos (Miskolci, 2015).

A produção dominante do gênero masculino é a peça chave da produção dos regimes de visibilidades, pois é a busca pelo “macho de verdade” que coloca os sujeitos heterossexuais não ortodoxos¹¹ em conflitos consigo e no meio em que vivem. Em primeiro lugar, porque não procurar uma heterossexualidade e uma masculinidade aparentes destitui os sujeitos de sentirem-se seguros, não só no que se refere às possibilidades de sofrerem violências físicas, verbais e psicológicas, mas também em perderem seus empregos e aproximações familiares (Miskolci, 2015). Em segundo lugar, por-

que buscam obedecer às normativas de que o sentimento de amor só é possível em relações heterossexuais e que as práticas homoeróticas são somente sexo, permitindo que muitos homens se afastem de suas relações homoeróticas quando percebem um comprometimento mais próximo de uma relação em que há troca de afetos no sentido não somente sexual. E, por último, porque o Brasil é um país em que a construção de uma cidadania em que haja a efetiva garantia de direitos às pessoas que não correspondam às normativas sexuais (heterossexualidade) e de gêneros (masculino e feminino) não é exercida fazendo com que essas pessoas percam prestígio e, assim, se despotencializem quando deixam de acreditar no exercício pleno de seus desejos (Miskolci, 2014b).

À vista disso, os aplicativos se apresentam como um “mercado sexual” (Miskolci, 2015), em que os produtos mais valiosos são aqueles que, principalmente por meio das imagens e de como escrevem nas interações, apresentam um corpo forte, saudável e másculo, caracterizando esse mercado de uma purificação que os processos higienistas buscam desde meados do séc. XIX, de modo que doentes, feios e degenerados recolham-se aos espaços que são dignos a eles: a invisibilidade e a marginalidade. Portanto, a valorização do masculino não somente rege a busca e as negociações de visibilidades, mas também rege a maneira por meio da qual os sujeitos buscam se apresentar ao montarem seus perfis, bem como com quem decidem sair e estabelecerem contatos sexuais ou afetivos. As normatividades sexuais e de gênero não são, assim, rompidas quando estamos tratando de espaços *online*, o que evidencia que a crença em uma cisão entre uma vida *off* e uma vida *on* se torna uma irrelevância.

Ciberativismos

Visualizar as normatividades de gênero e de sexualidades perpetradas em ambientes *online* não exige ativistas e pesquisadoras/es de pensarem em estratégias de enfrentamento às lesbo/homo/trans/travestifobias em seus espaços e alcances. Em seu “Manifesto ciborgue”, Donna Haraway (2009) afirma que a produção do pensamento burguês, branco e patriarcal produziu redes técnicas e tecnológicas que nos dotaram de um caráter ciborgue,

¹¹ Ahamos que o termo “heterossexualidade não ortodoxa” pode ajudar a flexibilizar a menção aos sujeitos e sujeitas que se autodeclararam heterossexuais e, muitas vezes, constituem e sustentam relacionamentos heterossexuais, mas possuem práticas que escapam à concepção de uma heterossexualidade ortodoxa.

cujas características seriam tanto a incapacidade de seccionarmos até que ponto somos somente corpos (natureza) e máquinas (cultura) quanto o que o caracteriza como uma subversão das identidades universais e essencialistas que não nos permitem inventar-nos enquanto sujeitos da experiência e da cognição, pois tal invenção não se encaixa dentro das ferramentas que a língua, o pensamento e o tecido, dito social, dispõem. É nesse sentido subversivo do ciborgue que Haraway nos convida a assumir as relações sociais que se pautam pelos discursos e produções científicas e tecnológicas, de modo a enfrentar os posicionamentos que demonizam seus usos e, assim, “[...] abraçar a habilidosa tarefa de reconstruir as fronteiras da vida cotidiana, em conexão parcial com os outros, em comunicação com todas as nossas partes” (Haraway, 2009, p. 99). Defender tal posicionamento não significa dizer que os usos de aparelhos tecnológicos não estabeleçam relações de dominação, mas somente dizer que, se assim o são, é porque os autorizamos.

O termo de pesquisa “mídias digitais” listou alguns artigos preocupados com ações e articulações de ativismos que se organizam a fim de problematizar e combater normativas de gênero, principalmente. Essas práticas questionadoras e problematizadoras com fins de elaborar estratégias de enfrentamento dessas normatividades estão aqui sendo tratadas como ciberativismos.

Primeiramente, será tratado o artigo de Jéssica Ribeiro, Jussara Costa e de Idalina Santiago (2012), no qual as autoras defendem o uso dos meios digitais como novas e diferentes formas de exercer ativismos feministas em rede. Tal movimento é protagonizado por jovens e adolescentes mulheres e possui origem no movimento *punk* no momento em que algumas mulheres passaram a perceber a supremacia e a preponderância de homens tanto em composições e apresentações musicais quanto nas decisões sobre articulações e ações políticas do grupo. Embora o movimento *punk* possua um ideal libertário, no que se refere ao gênero, as hierarquizações não foram superadas. Desse modo, surgiu o *Riot Grrrl*, movimento que não é exclusivo do Brasil, mas que atua em terras tupis. Vale ressaltar que o *grrrl* tem a intenção de soar como um grunhido de revolta à invisibilidade das mulheres. Suas ações se pautam, principalmente, na formação, composição e organização de eventos musicais divulgados via *internet*, pelos quais procuram por visibilidade de suas demandas e expressões, che-

gando a conquistarem uma gravadora independente, chamada *Dyke Records*. Aqui, a arte funde-se com a vida usando como estratégia a apropriação de redes sociais e de plataformas de grande fluxo a fim de garantir a visibilidade e, o principal, a expressividade das mulheres, antes invisibilizadas no movimento *punk*.

Ainda pensando em articulações ativistas utilizando de mídias digitais, Glauco Ferreira (2015) escreve sobre um movimento artístico feminista e étnico-racial da Colômbia, chamado *Mujeres al Borde*, e sua articulação com um movimento *queer* ativista dos EUA chamado *Queer Women of Color Media Arts Project*. As mídias digitais, nesse caso, não se referem somente às que são viabilizadas por meio de ambientes *online*, mas também se referem à produção de mídias audiovisuais, como as cinematográficas. Por meio dessas produções, os dois grupos mantêm materiais de enfrentamento disponíveis *online* e também conseguiram promover um evento no qual reuniram suas produções artísticas, que possuem como base as problematizações referentes ao gênero e às sexualidades e suas articulações com outras comunidades latino-americanas. Ambos os grupos possuem como foco a união entre arte e ativismo sob a perspectiva da desconstrução das identidades embasados em pressupostos *queer* e, por isso, suas ações são chamadas de “ativismos”. Tal parceria evidencia as possibilidades de um movimento de resistência conjunto, de modo que limites e fronteiras sejam transpostos.

Sob a perspectiva de que os ambientes proporcionados pelas mídias digitais apresentam-se como lugares de disputa de identidades e ideias, Lucas Aguiar Goulart e Inês Hennigen (2014) buscam compreender como resistir e agir politicamente com seus usos. Assim, disparam um conceito para instrumentalizar a discussão: o de tecnopolítica. Com inspiração no Manifesto Ciborgue de Donna Haraway, surge o termo “Ciberfeminismo”, cuja ideia inicial pertence a um coletivo de arte australiano chamado *VNS Matrix* que se autodeclara como “os vírus da nova desordem mundial”, possuindo como fim os deslocamentos de gêneros e de sexualidades por meio das mídias digitais. Um exemplo de ação feminista em ambiente virtual se dá pela ação focada em jogos *online*. A produção e o uso desses instrumentos são dominados por homens que criam e elaboram contextos, cenários e personagens, estando, em muitas das vezes, baseados em lógicas misóginas e normativas, mesmo na presença

de personagens femininas, porém, as ações e características dessas personagens embasam-se em uma feminilidade hegemônica. Assim surge o *Girl Games Movement*, que buscava articular produtores/as de *softwares*, ativistas e estudiosos/as de gênero, a fim de pensar outras formas de disputa quanto ao gênero em seus espaços. Dentre esse grupo, havia um coletivo *punk*, as *grrrl gamers*, suas procuras não estão em produzir um espaço especificamente feminino, pelo contrário, apresentavam-se como jogadoras mulheres em plataformas voltadas especificamente para homens heterossexuais, evidenciando que uma competitividade em disputa não é específica para homens. Assim, acreditavam estar enfrentando as reproduções de gêneros.

Pensado não somente como um espaço de sociabilidade *gay*, o aplicativo *GPSGAY* foi desenvolvido também com a finalidade de enfrentamento à lesbo/homofobia. Recentemente chegado ao Brasil, ainda não há uma adesão significativa de usuários/as, mas possui uma estratégia interessante. Por se tratar de um aplicativo geolocalizado, ele mapeia ONGs e espaços físicos de sociabilidade *gay* e também permite que você poste ataques motivados por uma lesbo/homofobia. Embora a abertura dessa possibilidade de denúncia e de busca de apoio seja interessante quando se pensa em utilizar as mídias locativas para a promoção da cidadania LGBT, especificar o aplicativo como sendo *gay*, ainda é invisibilizar e reduzir outras expressões de gênero e de sexualidade.

Nesse sentido, há também um *site* com o propósito de mapear as LGBTfobias e organizações LGBTs pelo Brasil, desenvolvido por um grupo brasileiro: o “tem local?” (www.temlocal.com.br). Nele também é possível fazer denúncias de lugares que reagiram de forma violenta contra as populações LGBTs de forma mais inclusiva que o *GPSGAY*, que só visibiliza o público *gay*. Recentemente, o Google lançou um mapa colaborativo, chamado “Lugares de Orgulho”, que, de acordo com Patrick Hoffman (que trabalha para a Google maps), trata-se de “um mapa que pode ser personalizado para dar à comunidade LGBT e apoiadores um lugar para celebrar e lembrar suas histórias, memórias e momentos de orgulho”¹². Desse modo, é possível a uma adolescente, por exemplo, que se identifica como

homossexual, relatar suas dúvidas e ansiedades e, de repente, encontrar uma rede de apoio mais próxima do que se imagina.

Os trabalhos aqui apresentados e a intenção de instigar ativismos – ou artivismos – por meio da conciliação entre tecnologias – ou tecnopolíticas – e possibilidades de enfrentamento de lógicas dominantes e opressoras, encontram-se com as proposições tratadas por Rosi Braidotti (1996). Para a feminista, a pós-modernidade encontra-se em um paradoxo, no qual, ao mesmo tempo em que há uma mercantilização e conformismo das culturas, as diferenças e as desigualdades entre elas se intensificam. Nesse sentido, Braidotti foca nas possibilidades de imaginação, que, segundo ela, são ampliadas quando se leva em consideração a ficção científica sob a visão feminista, pois ela abre espaço para um pensamento no qual podemos criar imagens desvencilhadas das normatividades de gênero, bem como alheias ao falo, ao dinheiro, aos nacionalismos, às exclusões, às dominações, à violência sistemática e à feminilidade icônica. Assim, a autora age de forma contrária aos discursos desfavoráveis ao uso das tecnologias, pois os considera nostálgicos e pouco imaginativos sobre a potencialidade das articulações que subvertam códigos dominantes por meio, principalmente, da união entre arte e ficção científica. Essa possibilidade de expansão da imaginação com fins de empoderamento é considerada pela autora de “políticas da paródia” quando postas em conjunto com posicionamentos desterritorializantes quanto às hierarquizações e suas consequentes exclusões.

Considerações finais

Parece-nos que os usos contemporâneos das mídias – principalmente das mais recentes, em que há elementos de mobilidade e de maior interação – se apresentam como um campo de investigação ainda escassamente trabalhado no Brasil. Os poucos trabalhos na área permitem-nos traçar algumas linhas territorializantes sobre os usos desses aparatos quanto aos aspectos de gêneros e de sexualidades e, ao mesmo tempo, imaginar possíveis linhas desterritorializantes.

Talvez este seja o trabalho mais fácil de realizar: mapear as linhas territoriais sobre os

¹² Trecho retirado da reportagem feita pelo G1 que pode ser encontrada em G1 (2016). O mapa pode ser visto em Google Maps (2016).

usos. Entretanto, o desafio está em sentir/olhar esse campo com o corpo vibrátil, conforme diz Suely Rolnik (2014), ou seja, um corpo que não se satisfaça com as estabilizações do desejo (mundos criados e verdade universais = linhas territorializadas), encarando-as como essências ou substâncias natas, mas que esteja aberto aos desencantamentos dos mundos, às rupturas e à fabricação incansável do mundo, isto é, que priorizem as linhas desterritorializantes.

Quais estéticas, quais corpos, quais sexualidades, quais gêneros e quais vidas são possíveis no contexto das realidades inventadas nos aplicativos e mídias locativas? Tal pergunta nos sugere pensar nas linhas desterritorializantes que se traçam na experiência com esses dispositivos e *softwares*. Esse espaço vibrátil, podemos dizer aqui, podem produzir reverberações infinitas que dependem das formas pelas quais nos associamos a elas. A circulação e invenção dos modos de existência viabilizados pelos usos dessas ferramentas tecnológicas digitais criam a ideia de caos, antiético, perversão e todos os demais termos que ao longo do tempo foram negativados pela ciência positivada, pelo experimentalismo acadêmico, pela sociedade dura dos determinismos e casualismos que imperam ainda hoje.

Podemos parecer que estamos defendendo o estabelecimento do caos, mas acreditamos que o caos já esteja estabelecido quando negamos as possibilidades de invenção da cognição conforme trabalhada por Virginia Kastrup (2008, 2007), por meio do estabelecimento de universais dos modos de sentir, desejar e se constituir como sujeita/o. Assim, situar os processos de subjetivação envolvidos no uso de aplicativos e dispositivos digitais em torno da patologização e/ou da agregação a modos de existência inviáveis, seja pela sua possibilidade de expressão nesse espaço ou, ainda, pela própria negação de certos discursos científico psicológicos da viabilidade dos sentimentos, pensamentos e desejos mediados pela rede, parece ligá-lo a um certo estado caótico da humanidade diante do uso de tecnologias. Nossa intenção aqui é abarcar esse caos como movimento de ruptura dos universais e posicionar as tecnologias a partir das associações e/ou acoplamentos com o humano que se constituem e se produzem continuamente.

Se, para resistir, Foucault (2014, p. 360) afirma que a resistência deve ser como o poder “[...] Tão inventiva, tão produtiva quanto ele. Que, como ele, venha de “baixo” e se distribua

estrategicamente”, que possamos utilizar das mesmas ferramentas usadas pelos regimes de opressão e de violência, que não descartam, de forma alguma, os instrumentos disponibilizados pelo contemporâneo como as mídias.

(Des)territorializações das sexualidades, dos gêneros e dos corpos, que se ampliam com as interações via dispositivos móveis e aplicativos de mídia locativa provocam de maneira rizomática o movimento de invenção constante. A fim de repensar o singular – que não se trata de uma identidade, mas de devires – subtraído do múltiplo (n-1), é possível prever ou afirmar de modo universal e/ou essencial o que pode emergir dos encontros entre os(as) usuários(as) e os aplicativos? Supomos que não. Entretanto, desejamos que seus encontros sejam caracterizados por processos que desloquem as identidades sexuais e de gênero normativas, a fim de que o número de encontros plurais e diversos os superem, criando, assim, territorialidades mais tolerantes, respeitadas e abertas às diferenças.

Referências

- BRAIDOTTI, R. 2000. *Sujetos Nómades: corporización y diferencia sexual en la teoría feminista contemporánea*. Buenos Aires, Paidós, 254 p.
- BRAIDOTTI, R. 1996. Cyberfeminism with a difference. Disponível em: http://www.let.uu.nl/women_studies/rosi/cyberfem.htm. Acesso em: 19/08/2015.
- BELELI, I. 2015. O imperativo das imagens: construção de afinidades nas mídias digitais. *Cadernos Pagu*, 44:91-114. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332015000100091&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 19/08/2015.
- <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4449201500440091>
- CASTELLS, M. 2008. *A sociedade em rede*. 6ª ed., São Paulo, Paz e Terra, 698 p.
- DELEUZE, G.; GUATTARI, F. 2011. *Mil platôs: capitalismo e esquizofrenia 2, vol. 1*. 2ª ed., São Paulo, Editora 34, 127 p.
- FERREIRA, G.B. 2015. Margeando artivismos globalizados: nas bordas do mujeres al borde. *Revista Estudos Feministas*, 23(1):207-218. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v23n1/0104-026X-ref-23-01-00207.pdf>. Acesso em: 19/08/2015.
- FOUCAULT, M. 2014. *Microfísica do poder*. 28ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra, 431 p.
- FRY, P. 1982. *Para inglês ver: identidade e política na cultura brasileira*. Rio de Janeiro, Zahar, 135 p.
- G1. 2016. Google cria mapa para comunidade LGBT indicar ‘lugares de orgulho’. Disponível em: <http://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2016/02/google-cria-mapa-para-comunidade-lgbt-indicar-lugares-de-orgulho.html>. Acesso em: 25/02/2016.

- GOOGLE MAPS. 2016. Places of pride. Disponível em: <https://www.google.com/maps/d/view?mid=zFm1886-iwIU.klx7kcRQfiGw>. Acesso em: 25/02/2016.
- GOULART, L.A.; HENNIGEN, I. 2014. Condições e possibilidades de uma tecnopolítica de gênero/sexualidade. *Estudos Feministas*, **22**(1):215-236. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v22n1/12.pdf>. Acesso em: 19/08/2015.
- GREEN, J. 2000. *Além do carnaval. A homossexualidade masculina no Brasil do século XX*. São Paulo, Editora UNESP, 541 p.
- GUDELUNAS, D. 2012. There's an App for that: the uses and gratifications of online social networks for gay men. *Sexuality & Culture*, **16**:347-365. Disponível em: <http://link.springer.com/article/10.1007%2Fs12119-012-9127-4>. Acesso em: 19/08/2015.
- <http://dx.doi.org/10.1007/s12119-012-9127-4>
- HALL, S. 2011. *A identidade na pós-modernidade*. 11ª ed., Rio de Janeiro, DP&A, 102 p.
- HARAWAY, D. 2009. Manifesto ciborgue: ciência, tecnologia e feminismo-socialista no final do século XX. In: D. HARAWAY; H. KUNZRU; T. TADEU (orgs.), *Antropologia do ciborgue: as vertigens dos pós-humano*. 2ª ed. Belo Horizonte, Autêntica editora, p. 33-118.
- KASTRUP, V. 2008. Competência ética e estratégias de resistência. In: N. GUARESCHI, *Estratégias de invenção do presente: a psicologia social no contemporâneo*. Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, p. 120-130.
- KASTRUP, V. 2007. *A invenção de si e do mundo. Uma introdução do tempo e do coletivo no estudo da cognição*. Belo Horizonte, Autêntica, 253 p.
- MEILI, A.M.; PEREIRA, G.M. 2015. Impasses éticos e morais no espaço digital: o aplicativo Lulu no Brasil. *Ciberlegenda*, **32**(1):58-67. Disponível em: <http://www.uff.br/ciberlegenda/ojs/index.php/revista/article/view/809>. Acesso em: 19/08/2015
- MISKOLCI, R. 2015. "Discreto e fora do meio" – Notas sobre a visibilidade sexual contemporânea. *Cadernos Pagu*, **44**:61-90. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332015000100061&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em: 19/08/2015.
- <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4449201500440061>
- MISKOLCI, R. 2014a. San Francisco e a nova economia do desejo. *Lua Nova – Revista de cultura e política*, **91**:269-295. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n91/n91a10.pdf>. Acesso em: 19/08/2015.
- MISKOLCI, R. 2014b. Negociando visibilidades: segredo e desejo em relações homoeróticas masculinas criadas por mídias digitais. *Bagoas – Estudos gays, gêneros e sexualidades*, **8**(11):51-78. Disponível em: <http://www.periodicos.ufrn.br/bagoas/article/view/6543>. Acesso em: 19/08/2015
- MISKOLCI, R. 2013. Machos e Brothers: uma etnografia sobre o armário em relações homoeróticas masculinas criadas on-line. *Revista Estudos Feministas*, **21**(1):301-324. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-026X2013000100016&script=sci_arttext. Acesso em: 19/08/2015.
- MISKOLCI, R. 2011. Novas conexões: notas teórico-metodológicas para pesquisas sobre o uso de mídias digitais. *Cronos – Revista do Programa de Pós-Graduação da UFRN*, **12**:9-22. Disponível em: <http://periodicos.ufrn.br/cronos/article/view/3160/pdf>. Acesso em: 19/08/2015.
- MISKOLCI, R. 2012. A gramática do armário: notas sobre segredos e mentiras em relações homoeróticas masculinas mediadas digitalmente. In: L. PELÚCIO et al., *Olhares plurais para o cotidiano: gênero, sexualidade e mídia*. Marília, Cultura Acadêmica, p. 35-55.
- LEMOS, A. 2013a. *A comunicação das coisas: Teoria ator-rede e cibercultura*. São Paulo, Annablume, 305 p.
- LEMOS, A. 2013b. Espaço, mídia locativa e teoria ator-rede. *Galaxia*, **25**:52-65. Disponível em: <http://revistas.pucsp.br/index.php/galaxia/article/viewFile/13635/11399>. Acesso em: 19/08/2015.
- LEMOS, A. 2009. Cultura da mobilidade. *Revista FAMECOS*, **40**:28-35. Disponível em: <http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistafamecos/article/view/6314/4589>. Acesso em: 19/08/2015.
- PELÚCIO, L. 2015. Narrativas infieis: notas metodológicas e afetivas sobre experiências das masculinidades em um site de encontros para pessoas casadas. *Cadernos Pagu*, **44**:31-60. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_abstract&pid=S0104-83332015000100031&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 19/08/2015.
- <http://dx.doi.org/10.1590/1809-4449201500440031>
- ROLNIK, S. 2014. *Cartografia sentimental: transformações contemporâneas do desejo*. 2ª ed. Porto Alegre, Sulina/Editora da UFRGS, 248 p.
- RIBEIRO, J.K.A.; COSTA, J.C.; SANTIAGO, I.M.F.L. 2012. Um jeito diferente e "novo" de ser feminista: em cena, o Riot Grrrl. *Revista Ártemis*, **13**:222-240. Disponível em: <http://periodicos.ufpb.br/ojs/index.php/artemis/article/viewFile/14226/8154>. Acesso em: 19/08/2015.
- TREVISAN, J.S. 2000. *Devassos no Paraíso. A homossexualidade no Brasil, da colônia à atualidade*. 4ª ed., São Paulo, Record, 586 p.

Submetido: 14/10/2015

Aceito: 13/03/2016